

CONTRIBUIÇÕES DO PNAIC PARA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES

Autor: Karla Tapuia Gomes Diniz

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

karla20_diniz@hotmail.com

Co-autor: Francisca Edilma Braga Soares Aureliano

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

edilmaaureliano@hotmail.com

Resumo: O Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) tem como uma de suas ações a formação continuada de professores do Ciclo de Alfabetização. Estando em seu terceiro ano de implementação nas redes de ensino municipais e estaduais carece de estudos sobre seus resultados. Este trabalho é um recorte de um estudo monográfico que tem como objetivo analisar as contribuições da formação do PNAIC para a prática de alfabetização na perspectiva do letramento. A pesquisa envolve duas professoras que lecionam na primeira etapa do ensino fundamental na Escola Municipal Raimundo Nonato da Silva, localizada no município de Patu/RN. A partir dos aportes teóricos são discutidos os conceitos de formação continuada, alfabetização e letramento. A metodologia abordada segue os pressupostos da pesquisa qualitativa com base nas orientações de Minayo (1995). Para construção dos dados utilizou-se de entrevista semiestruturada e observação direta que foram organizados em duas categorias: atividades do programa aprendidas para alfabetizar e letrar; e a relação teoria e prática entre os conteúdos da formação e a ação alfabetizadora. Os resultados revelam que as professoras tentam desenvolver as atividades orientadas na formação do PNAIC para alfabetizar e letrar, porém existe entraves quanto a ausência de acompanhamento pedagógico e incentivos para efetivação das atividades na sala de aula.

Palavras-chave: PNAIC, alfabetização, letramento.

Introdução

A prática de alfabetização deve possibilitar o acesso ao conhecimento por parte das crianças, fazendo com que elas despertem para a leitura de mundo. Os professores cursistas do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que atuam no ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental têm essa responsabilidade. A proposta desse programa é possibilitar à qualificação dos professores dos três primeiros anos do Ensino Fundamental para melhorarem suas ações alfabetizadoras, e com isso, aumentar os indicadores de formação das crianças.

Por muitos anos o analfabetismo predominou no Brasil, sendo resultante da falta de oportunidade que muitas crianças não tiveram de se alfabetizar na idade adequada. Essa situação é



resultante das mudanças e regras da época, que por estas e outras razões ocorreram fracassos nas aprendizagens da leitura e da escrita dos anos iniciais do ensino fundamental que corresponde ao ciclo de alfabetização. O analfabetismo infantil chamou atenção dos governantes e em atendimento as exigências internacionais quanto à melhoria da qualidade da educação, e em 2012 o Ministério da Educação criou o PNAIC, que estabelece um compromisso de todos os entes federativos em formar continuamente os professores para atender uma das metas do Compromisso Todos pela Educação que é alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade.

Reconhecendo que esse programa apresenta como um dos seus eixos formativos apropriação do sistema de escrita, nos instigou o interesse em analisar as contribuições da formação do PNAIC para a prática de alfabetização na perspectiva do letramento, sendo este o objetivo da pesquisa. Este trabalho se configura em um recorte um trabalho monográfico (DINIZ, 2017) em que apresentamos duas categorias de análise: atividades do programa aprendidas para alfabetizar e letrar; e a relação teoria e prática entre os conteúdos da formação e a ação alfabetizadora.

O texto apresenta inicialmente os aportes metodológicos da pesquisa. Em seguida discute a base teórica que trata da formação continuada, alfabetização e letramento. Dando sequência, apresentamos a análise crítica dos dados da pesquisa. Por último, tecemos considerações finais com a retomada de pontos importantes discutidos no texto e a síntese dos resultados.

Aspectos Metodológicos da Pesquisa

Adotamos para encaminhamento das etapas do estudo a metodologia da pesquisa qualitativa que de acordo com Minayo (1995, p.22) se preocupa com “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos”. Dessa forma, podemos perceber que a pesquisa qualitativa envolve os dados obtidos com a realização da exploração desses elementos. Sendo que a obtenção dos mesmos acontece quando o pesquisador entra em contato direto com o sujeito pesquisado, ou melhor, retratando fenômenos onde os sujeitos envolvidos atuam numa perspectiva que não envolva quantidades, mas a qualidade dos fatos existenciais, bem como os resultados

O estudo envolve duas professoras¹ que lecionam na primeira etapa do ensino fundamental na Escola Municipal Raimundo Nonato da Silva, localizada no município de Patu/RN. Os

¹ No intuito de guardar as identidades das professoras, utilizamos as siglas P1 e P2 para identificá-las ao longo do texto.



instrumentos utilizados para a construção dos dados foram a observação direta e a entrevista semiestruturada.

Diante da proposta do PNAIC de apoiar os professores no ciclo de alfabetização para que venham garantir os direitos de aprendizagem, nos inquieta saber: os estudos teóricos e práticos desenvolvidos no curso de formação continuada do referido programa estão possibilitando a alfabetização na perspectiva do letramento na Escola Municipal Raimundo Nonato da Silva? Esta é uma questão que guiou a pesquisa, o que contribuiu para a ampliação das informações sobre a prática alfabetizadora.

Formação continuada do professor alfabetizador: alfabetizar e letrar como conceitos necessários à prática docente.

A formação de professores nas últimas décadas integrou a agenda de discussões e encaminhamentos enquanto política pública em associações científicas e profissionais – Cedes, Anpae, Anped, CNTE² – e instituições oficiais. Algumas pesquisas nesse campo (GATTI, 2008; DIAS, 2012) apontam alternativas para enfrentar os problemas relativos à formação inicial e continuada, reconhecendo que a primeira não é suficiente para o desenvolvimento profissional, o que reforça a necessidade de formação continuada. Essa torna-se essencial ao processo de autoformação ao longo da carreira profissional (PIMENTA, 2007), sendo responsável pela integração dos processos de construção e de reconstrução do conhecimento e dos saberes docentes necessários à articulação entre a teoria e a prática.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um acordo formal assumido pelo governo federal, Estados, municípios e entidades para firmar um compromisso de alfabetizar crianças em até no máximo oito anos de idade ao final do ciclo de alfabetização. Este acordo foi criado em 2012 para atender as necessidades formativas dos professores alfabetizadores. Apresenta quatro eixos de atuação: Formação continuada presencial para professores alfabetizadores e orientadores de estudo; Materiais didáticos, como: obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; Avaliações sistemáticas, processo pelo qual o poder público e os professores acompanham a eficácia e os resultados do Pacto nas escolas participantes; Gestão, controle social e mobilização com monitoramento, no intuito de assegurar a

² Centro de Estudos, Educação e Sociedade (Cedes); Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).



implementação das etapas do Pacto. O compromisso com a alfabetização das crianças está expresso no caderno de apresentação do PNAIC com a seguinte argumentação:

É com a intenção de assegurar uma reflexão minuciosa sobre os processos de alfabetização e sobre a prática docente, garantindo que todas as crianças estejam alfabetizadas até oito anos de idade, no final do 3º ano do ensino fundamental, foi para fazer isso valer que surgiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. (BRASIL, 2012a, p. 27).

A proposta de formação continuada do PNAIC apresenta no eixo apropriação e valorização da cultura e escrita que a alfabetização deve ocorrer na perspectiva do letramento. A partir dos estudos de Soares (2006) a palavra letramento chegou ao Brasil na década de 1980 por especialistas da educação e das ciências linguísticas, decorrente da expressão inglesa literacy, que foi traduzido para o português pela palavra letrado. Literacy “[...] é estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever” (SOARES, 2006, p. 17). Dessa forma, com a chegada do termo inglês literacy no Brasil, é que passamos a conhecer o termo letramento como “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2006, p. 18). Com isso, a autora analisa esse termo a partir da origem da palavra distinguindo e conceituando o termo alfabetização como a “ação de ensinar/aprender a ler e a escrever”, enquanto que letramento é o “estado ou condição de quem sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita”. (*Idem*, 2006, p. 47).

Dessa maneira, é considerado alfabetizado aquele que aprendeu o sistema convencional de uma escrita alfabética e ortográfica, ou seja, adquiriu a natureza linguística deste objeto, sendo, portanto, capaz de ler e escrever, identificando letras por códigos que mais a diante ganham sentido e significado. Já o letrado é “não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a prática da leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e escrita”. (*Idem*, 2006, p. 40).

Sabemos que alfabetizar letrando é uma exigência na sociedade contemporânea. No campo educacional não é suficiente somente alfabetizar, mais sim alfabetizar e letrar, para que a criança desenvolva capacidades múltiplas de produção e interpretação textual. Essa perspectiva possibilita a criança fazer uso dessas habilidades nas práticas sociais e em contextos que envolvam a cultura escrita, para que o conhecimento seja ampliado ao longo da vida. Nessa perspectiva os programas formativos para os professores alfabetizadores precisam contemplar em suas bases conceituais e



metodológicas a alfabetização e o letramento como conceitos indissociáveis. Mas para que as propostas de formação se materializem é necessária apropriação dos saberes inerentes à formação continuada por parte dos professores para que possam materializá-los na prática docente.

Formação de professores para alfabetizar letrando no PNAIC

Sabemos que é de suma importância os professores estarem preparados profissionalmente para um melhor desempenho dentro do seu ambiente de trabalho, dessa forma, os educadores participam de cursos que oferecem orientações para melhorarem sua prática de alfabetizar e letrar dentro da sala de aula. O PNAIC apresenta uma proposta voltada para alfabetização e o letramento dos alunos do ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental.

Diante de diferentes situações e desafios vivenciados por inúmeros professores nas escolas brasileiras na tentativa de construir um país alfabetizado e letrado, fica claro, que o PNAIC possibilita métodos formativos, bem como sugestões de atividades que os professores adotam para utilizar em sala de aula. Porém, de acordo com as observações realizadas em sala de aula, percebemos que o Pacto não reflete a realidade dos professores, pois além das atividades orientadas pelo programa existe uma sobrecarga de atividades exigidas pela gestão e coordenação da escola para o docente colocar em prática, como os projetos pedagógicos enviados pela Secretaria Municipal de Educação. Este profissional se vê em situação de ter que optar entre trabalhar as atividades do PNAIC ou as orientações da coordenação de ensino (Diário de Campo, maio de 2017). Infelizmente, as políticas formativas propostas pelos governos são marcadas pela descontinuidade, visto que o movimento de mudanças das equipes gestoras e falta de compromisso delas com a formação dos professores contribuem para a ruptura de muitos dos objetivos formativos.

Essa situação mostra que nem sempre a escola está inteirada com as propostas de formação definidas oficialmente pelo MEC, o que dificulta a sua materialização no contexto das práticas. Sabemos a importância do currículo para uma prática eficaz e exitosa, mas falar da organização do trabalho pedagógico, rotinas, planejamentos, projetos, sequências didáticas, sem falar e pensar nas expectativas sobre garantir os direitos de aprendizagem de cada criança e como o programa PNAIC orienta a proposta de alfabetizar na perspectiva do letramento, seria inadequado, uma vez que estas crianças precisam durante o processo de alfabetização construir conhecimentos, isto é, introduzir,

aprofundar e consolidar informações e associa-las ao seu contexto, de maneira que construam aprendizagens significativas em relação a leitura e a escrita.

Estruturamos os dados das entrevistas realizadas com as duas professoras em duas categorias analítica. A primeira delas foi “*atividades do programa apreendidas para alfabetizar letrando*” visto que o PNAIC apresenta orientações teóricas e metodológicas que envolve conhecimentos específicos do Sistema de Escrita Alfabética que precisam ser apreendidas pelos alunos. Esses conhecimentos precisam ser aprofundados pelo professor sobre como esse sistema estar organizado e como funciona. A apropriação desse conhecimento por parte dos alunos exige esforço, mas também intervenção por parte do sujeito mais experiente que é o professor. De acordo com o caderno Ano 2 e unidade 3 do PNAIC, alguns dos direitos de aprendizagem são:

Reconhecer diferentes tipos de letras, em situações de leitura de textos de diversos gêneros textuais. Usar diferentes tipos de letras em situações de escrita de palavras e textos (maiúscula / minúscula; imprensa / cursiva). Dominar as correspondências entre letras ou grupos de letras e seu valor sonoro, de modo a ler palavras formadas por diferentes estruturas silábicas. Dominar as correspondências entre letras ou grupos de letras e seu valor sonoro, de modo a escrever palavras formadas por diferentes estruturas silábicas. (BRASIL, 2012b, p. 20).

É possível perceber que o material do PNAIC, contribui bastante na formação continuada dos professores alfabetizadores. No momento em que os mesmos reconhecem os direitos de aprendizagem citados, garante aos alunos por meios das atividades propostas pelo programa um aprendizado significativo, dentre estas atividades podemos citar: “Bingo das letras iniciais”, “ditados variados”, “Bingo da sílaba inicial”, “Caça-rima”, “Dado-sonoro”, “Trinca-mágica”, “Quem escreve sou eu”, e tantas outras que envolvam domínio do SEA.

No intuito de verificarmos se as professoras desenvolvem as orientações metodológicas propostas pelo programa, perguntamos que atividades desenvolvem no intuito de alfabetizar letrando e obtivemos as seguintes respostas:

Uma parlenda, uma receita de bolo, trava-línguas tudo eu trabalho. (P1, Patu, 2017).

Pelo Pacto a gente tem muita atividade de introdução ao SEA, à gente faz aquelas atividades para desenvolver a leitura e a escrita ao mesmo tempo, por exemplo, um jogo da forca que já tentei fazer com eles, mas sinto muita dificuldade porque eles estão começando a se adaptar agora comigo, um jogo da forca envolve a leitura e a escrita, tem várias atividades, mas o melhor para alfabetizar eles nessa perspectiva da alfabetização e letramento são os jogos, que são mais fáceis de eles aprenderem do que eu escrevendo e perguntando. (P2, Patu, 2017).



Os enunciados das professoras demonstram os aspectos puramente técnicos do ensino na alfabetização, pois não há base teórica sobre a compreensão do SEA, visto que citam apenas os gêneros textuais (P1) ou jogos (P2) como sendo atividades, o que de fato são os meios para criar atividades que venham proporcionar um ensino que articule o alfabetizar e o letrar. O caderno do Ano 2 e unidade 3 do PNAIC (BRASIL, 2012b) apresentam atividades que exigem a correspondência som-grafia; possibilitam o reconhecimento dos diversos tipos de letras; e de segmentação das palavras que estão voltadas para a alfabetização nessa perspectiva. Não há nas falas das professoras evidências de conhecimentos específicos do SEA.

O curso do PNAIC, ajuda no sentido de organizar aulas dinâmicas de jogos de alfabetização que permitem uma organização e sistematização dos conteúdos desde que sejam articulados de forma correta. Sabemos que um bom planejamento é essencial para o desenvolvimento de uma aula completa e mesmo com a formação. Alguns desafios são impostos a estes mediadores do saber, pois lidam com diferentes públicos e para tal faceta é necessária competência e muita sabedoria para superar suas próprias limitações. Diante disto, Silva afirma que:

O principal objetivo da organização do planejamento é o de possibilitar que o professor desenvolva um trabalho sistemático dos conteúdos e habilidades que desenvolvam o processo de alfabetização e letramento. (2009, p.37).

Nesse sentido, a prática precisa ser pensada e conseqüentemente organizada conforme as necessidades e possibilidades de aprendizagem dos alunos. Do ponto de vista didático, planejar requer a previsão de conhecimentos a serem trabalhados e a organização de atividades e experiências de ensino e aprendizagem consideradas mais adequadas para a consecução dos objetivos que se estabelece, considerando a realidade dos alunos, ou seja, suas necessidades e interesses. De acordo com as orientações do PNAIC:

Para que o planejamento se torne um orientador da ação docente, ele precisa refletir um processo de racionalização, organização e coordenação do fazer pedagógico articulando atividades escolares as práticas sociais e culturais da escola, os objetivos, os conteúdos, os métodos, o processo de avaliação. Esse planejamento deve ter o trabalho coletivo da comunidade escolar como eixo estruturante, sendo a coordenação pedagógica a instancia de formação e consolidação do coletivo da escola. (BRASIL, 2014, p. 7).

Planejar as atividades a partir da prática envolve uma reflexão sobre a ação para que nova a ação seja transformadora da realidade. Assim, o ato de planejar exige tomada de decisões, o resgate que embasam a prática alfabetizadora, organizar as ações e rotinas e delimitar objetivos. Por mais que cada professor se preocupe em planejar suas aulas, mas é importante que tenha espaço na escola para realizar o planejamento participativo, onde possam encontrar saídas no grupo de docentes para resolver problemas relacionados ao ensino e à aprendizagem.

A segunda categoria analítica é a *“relação teoria-prática entre os conteúdos da formação e a ação alfabetizadora”*, a partir do entendimento de que é importante em qualquer processo formativo a reflexão sobre a ação para reorganização das práticas. A formação do PNAIC apresenta como um dos seus princípios formativos a reflexividade, o que envolve alternância entre prática/teoria/prática (BRASIL, 2012).

Para saber de que modo à teoria se relaciona a prática dentro de sala de aula em relação aos processos de ensino e de aprendizagem da leitura e da escrita dos alunos do ciclo de alfabetização, as professoras cursistas do PNAIC expressaram:

O dia a dia da gente, a gente vai adquirindo através dos cursos, vai aprendendo coisas novas, cada sala é diferente, você nunca acompanha o 1º, 2º e 3º ano e quando acompanham as crianças diversificam, nunca são as mesmas, mas tudo que eu aprendi no Pacto eu tentei colocar em sala de aula. (P1, Patu, 2017).

De verdade a gente não consegue colocar a teoria aqui dentro não, porque a gente vê tudo que os autores dizem, mas eles não ensinam de uma forma que a gente deve trabalhar, e o problema da universidade até hoje é esse, pois nem o estágio tem nada a ver, porque o estagiário chega aqui e vê uma coisa, mas eles também não vão explicar o que tem aqui, é claro que o estágio é você vê como é, mas o que a gente estuda até o estágio não tem nada a ver e muita coisa que você vai usar na sala de aula você estuda depois do estágio. (P2, Patu, 2017).

A relação teoria-prática é confundida por P1 como se à prática fosse consequência da teoria e não como parte dela. Demonstra entender que a formação continuada do PNAIC foi um espaço em que encontrava as fórmulas prontas para coloca-las em prática. As palavras destas professoras mostram a realidade de uma formação incompleta e que nem sempre os professores que atuam em sala de aula hoje associam a teoria à prática. De acordo com Veras e Oliveira (2006, p. 04) “[...] o exercício da docência, enquanto ação transformadora que se renova tanto na teoria quanto na prática, requer necessariamente o desenvolvimento dessa consciência crítica”. De acordo com Pimenta (2005) a atividade teórica por si só não leva à transformação da realidade; não se objetiva e



não se materializa, não sendo, pois, *práxis*. Por outro lado, a prática também não fala por si mesma, ou seja, teoria e prática são indissociáveis como *práxis*.

Assim, a relação teoria-prática deve ser concebida como *práxis* que significa à prática que se faz pela atividade humana de transformação da natureza e da sociedade realizada como resultante reflexão crítica da realidade, o que requer consciência crítica. O desenvolvimento dessa consciência no exercício da prática alfabetizadora nos faz entendê-la como uma ação que transforma a vida das pessoas, por possibilitar o acesso a um instrumento de cidadania que é a alfabetização. Essa prática precisa se renovar a cada dia e não se esgota em um curso de formação continuada. A professora P2 também compreende que tanto os cursos de formação inicial como continuada deve ensinar o como fazer, o como alfabetizar e critica o distanciamento da teoria em relação às práticas.

Mas compreendemos que a teoria por si só não transforma a realidade e a prática não fala por si mesma. A relação entre ambas é indissociável, uma dá sustentação à outra. O Pacto proporciona uma formação continuada inserida no discurso institucional para que os professores participem, no intuito de melhorar seu desempenho na sala de aula e a melhorar a aprendizagem dos alunos. Mas nem sempre o professor tem o poder de decisão sobre opinar sobre as atividades, mas sim, é orientado a aplicá-las em sala de aula.

É importante compreender a formação continuada como espaço de construção de conhecimentos que precisam ser incorporados pelos docentes em função de complexos processos cognitivos, sócio-afetivos e culturais (GATTI, 2003). Assim, nas oportunidades de formação, os professores mobilizam conhecimentos e conteúdo a partir de sua realidade pessoal e profissional.

Dessa forma, no ciclo de alfabetização a sala de aula é um ambiente formativo que ocupa uma posição central no processo de alfabetização para as crianças do Ensino Fundamental, e as atividades para alfabetizar precisam ser pensadas conforme os níveis conceituais de aprendizagem da leitura e da escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985), considerando também as condições formativas e de trabalho dos professores para que possam articulá-las com conteúdos de formação que participam.

Compreendemos que os processos formativos dos professores devem possibilitar a autonomia dos docentes para que possam compreender e atuar de forma mais efetiva na atividade de alfabetizar. Para isso, o professor precisa refletir sobre os aspectos cognitivos dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita dos alunos e nas suas possibilidades de intervir nesses processos para que avancem em suas hipóteses conceituais de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA).



Um bom professor alfabetizador se constrói no dia a dia, com sua determinação em fazer o que gosta que é ensinar ao mesmo tempo em que aprende enquanto ensina. Acreditamos que a partir dos depoimentos das educadoras e das observações feitas na escola, não é fácil alfabetizar letrando, porém, também não é impossível, pois acreditamos que o primeiro passo é reconhecer o potencial do aluno, compreendendo sua realidade, e a partir disso construir uma educação mais igualitária e significativa.

Considerações Finais

Este estudo sobre as contribuições do PNAIC para prática dos professores alfabetizadores cursista nos revela que as orientações dos programas de formação continuada nem sempre são possíveis de serem realizadas. Os professores são colocados dentro de um modelo formativo que nem sempre corresponde as suas necessidades formativas, pois segue um padrão repassado para todo o território brasileiro, que nem sempre é aderido por todos da escola, o que inviabiliza muitas das atividades orientadas.

Os educadores se veem a mercê dos diferentes conhecimentos e saberes para exercer tal profissão que causa frustrações, e muitas vezes não tem o apoio das secretarias de educação, que deixa muito a desejar quanto a assistência a principal meta do PNAIC que é alfabetizar às crianças até os 8 anos de idade. A ausência de compromisso com o programa por parte da gestão da escola, as dificuldades dos professores apresentam em compreender os principais conceitos, objetivos e atividades do programa de formação continuada dos professores tem comprometido o desenvolvimento da alfabetização na perspectiva do letramento.

As diferentes metodologias adotadas pelas professoras em sala de aula como ferramenta para alfabetizar na perspectiva do letramento não se materializam de forma concreta. As atividades que desenvolvem na sala de aula são na tentativa de contribuir com o processo de construção de alcançar a aprendizagem da leitura e da escrita das crianças. Mas alfabetizar e letrar não apresenta receita pronta, é algo que exige conhecimento do professor sobre os processos de aprendizagem do aluno, de como eles constroem suas hipóteses sobre a organização do Sistema de Escrita Alfabética e principalmente criatividade didática para intervir de forma significativa na construção do conhecimento dos seus alunos.

Este trabalho contribui para o universo acadêmico por fazer uma reflexão em relação à formação continuada que precisa ser entendida como uma construção coletiva pelos docentes e



sistemas de ensino. Porém, na maioria das vezes, os promotores dos cursos de formação têm deixado os professores na condição de expectadores e não de partícipes do seu processo formativo.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**: formação do professor alfabetizador: Caderno de apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2012a. 40 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**: a apropriação do sistema de escrita alfabética e a consolidação do processo de alfabetização: ano 2: unidade3 / Ministério da educação, Secretaria de educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2012b. 48 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**: Organização do Trabalho Pedagógico/ Ministério da educação, Secretaria de educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014. 72 p.

DIAS, Simone Chaves. Políticas públicas de formação continuada de professores: a experiência do município de Itaguaí. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro: 2012, 82f.

DINIZ, Karla Tapuia Gomes. A Prática Pedagógica dos professores cursistas do PNAIC: uma análise da materialização da alfabetização na perspectiva do letramento na Escola Municipal Raimundo Nonato da Silva, em Patu/RN. **Monografia**. Departamento de Educação do Campus Avançado de Patu da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró: UERN, 2017, 47f.

FERREIRO, Emília; Teberosk, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Medicas 1985. 284p.

GATTI, Bernadete Angelina. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

GATTI, Bernadete A. Formação continuada de professores: a questão psicossocial. In: **Cadernos de Pesquisa**. [online]. 2003, n.119, pp.191-204. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742003000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 mai. 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: Identidade e saberes docentes. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes Pedagógicos e atividades docentes**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido, GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005



MINAYO, Maria Cecília de Souza: **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC, ABRASCO, 1995.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros/ Magda Soares. 2. Ed. Reimpr. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVA, Ceris S. Ribas da. Planejamento das Práticas Escolares de Alfabetização e Letramento. In: CASTANHEIRA, M. L.; MACIEL, F. I. P. MARTINS, R. M. F. (orgs). **Alfabetização e letramento na Sala de Aula**. Belo Horizonte/ MG: Autêntica/ Ceale: 2009 (col. Alfabetização e Letramento na Sala de Aula) p. 35-58.